



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 15/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27501/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos - SP, à Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 45.358.249/0001-01, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE** sob a égide da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e o Decreto Municipal nº 315 de 28 de junho de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o **CHAMAMENTO PÚBLICO** para selecionar **Organizações da Sociedade Civil – OSC's**, com o auxílio de uma comissão de seleção determinada voltados à **garantia do direito de crianças e adolescentes a atividades socioassistenciais, educativas, culturais, esportivas e de lazer**, em conformidade à legislação vigente.

01. DO OBJETO

01.01. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de **parceria** com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**, por meio da formalização de **termo de fomento**, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

01.02. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Municipal nº 315 de 28 de junho de 2021, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

01.03. Serão selecionadas propostas, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de fomento, até o limite de **R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)**.

02. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

02.01. O termo de fomento terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de projetos para a Secretaria Especial da Infância e Juventude – SMEIJ, voltados à garantia do direito de crianças e adolescentes com projetos direcionados ao atendimento e/ou promoção dos direitos de adolescentes residentes no município, em conformidade à legislação vigente

02.02. Objetivos específicos da parceria:

02.02.01. Selecionar projetos com valor de até **R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) até o limite máximo do recurso do FUMCAD destinado para o chamamento de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)** para execução de projetos voltada para atender crianças e adolescentes que estejam relacionados à pelo menos um dos eixos indicados no Termo de Referência.

02.02.02. Os projetos apresentados devem indicar **ao menos 01 (um) eixo**, conforme Termo de Referência.

02.02.03. Os projetos apresentados devem ser inovadores e/ou complementares às políticas públicas existentes na cidade de São Carlos.

02.02.04. Apresentação do projeto deverá cumprir todas as regras e prazos previstos no Edital, sendo certo de que os prazos previstos no Edital poderão sofrer modificações em decorrência de circunstância de caso fortuito ou força maior, ou decorrente de deliberação fundamentada do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que a execução dos projetos deverá ter duração de 12 meses (doze) meses sem interrupção, salvo em circunstância de caso fortuito ou força maior, a contar da data de início de vigência do projeto, definida no instrumento de parceria correspondente.

02.02.05. Realizar acompanhamento junto às famílias envolvidas.

03. JUSTIFICATIVA

03.01. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente deliberar sobre a utilização dos recursos destinados ao FUMCAD/SC, enquanto que a Secretaria Especial da Infância e Juventude - SMEIJ possui a função de articulação das políticas públicas relacionadas à infância e adolescência. Com a publicação recente do Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude do Município, há clareza sobre quais são as principais necessidades do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente a implementação de parcerias para projetos que atendam essas necessidades. Essa parceria é realizada através de chamamento público, de acordo com a Lei Federal 13.019/14, a Lei Federal nº. 8.069/90, a Lei Municipal nº 13.839/06 a Resolução 137/10 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

04. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

04.01. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

04.02. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar com registro válido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos SP (CMDCA).

b) declarar, conforme modelo constante no Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

04.03. Não é permitida a atuação em rede.

05. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

05.01. Os locais de execução dos projetos ficarão a cargo das Instituições proponentes.

06. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

06.01. As propostas de projetos deverão obrigatoriamente ser apresentadas em forma de Plano de Trabalho.

06.01.01. Conforme o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 315/2021, os documentos relativos ao plano de trabalho deverão ser entregues juntos com a documentação de habilitação na **Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, localizada na Rua 9 de Julho, nº 1.932, Centro, São Carlos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, conforme item 13 deste edital, no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a publicação deste edital.**

06.02. O Plano de Trabalho deve ser claro, objetivo e coeso, demonstrando coerência na escrita de objetivos, metas e resultados esperados e nas despesas apresentadas no Plano de Aplicação.

06.03. As despesas apresentadas no Plano de Aplicação deverão estar em consonância com os valores de mercado e, no caso das despesas que cada projeto necessitar.

06.04. As Organizações da Sociedade Civil poderão propor, **no máximo, 02 (dois) projetos em eixos diferentes** conforme Termo de Referência.

06.05. A apresentação do projeto deverá cumprir todas as regras e prazos previstos no Edital.

07. DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

07.01. As propostas devem ser norteadas pelos eixos temáticos do Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude de São Carlos, com direcionamento específico para adolescentes:

07.01.01. Eixo 1 – DIREITO À VIDA E SAÚDE:

a) Ações que visem o atendimento, diagnóstico e tratamento de adolescentes deficientes e com questões de desenvolvimento e/ou comportamental;

b) Ações de promoção da segurança alimentar;

c) Ações de combate à drogadição;

d) Ações que visem o atendimento psicológico para adolescentes.

07.01.02. Eixo 2 – DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

a) Ações para desenvolvimento de habilidades socioemocionais para adolescentes;

b) Ações que visem o desenvolvimento integral do adolescente;

c) Ações de promoção e acesso ao esporte, cultura e lazer de adolescentes;

d) Ações de fortalecimento e promoção de expressões culturais e/ou comunitárias dos adolescentes;

e) Ações de fortalecimento do brincar como expressão da adolescência.

07.01.03. Eixo 3 – DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE:

a) Ações de prevenção a violações de direitos, de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, em situação de evasão escolar, em programas de medidas, e trabalho infantil.

b) Ações de fortalecimento; desenvolvimento e planejamento juvenil; com envolvimento da população adolescente como protagonista das ações.

c) Ações de promoção da dignidade e respeito à adolescentes.

07.01.04. Eixo 4 – DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA:

a) Ações de fortalecimento dos vínculos comunitários, que gerem impacto social no território com ações concretas e efetivas;

b) Ações de fortalecimento dos vínculos familiares da perspectiva da prevenção e habilidades sociais e parentais;

c) Ações de combate e prevenção a violência e violações de direitos sofridas por adolescentes.

07.01.05. Eixo 5 – DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO:

a) Ações de combate a adolescentes explorados pelo tráfico;

b) Ações de combate à exploração sexual de adolescentes, na perspectiva de educação sexual e cuidado integral de adolescentes.

c) Ações que combatam o trabalho infantil e análogo a escravidão de adolescentes;

d) Ações que visem o desenvolvimento profissional de adolescentes com vistas à inserção no mercado de trabalho e/ou planejamento da trajetória de vida.

08. DOS OBJETIVOS DA PARCERIA

08.01. As propostas apresentadas deverão visar os seguintes objetivos:

08.01.01. Realizar atividades com ênfase nos eixos.

08.01.02. Realizar atividades para crianças e adolescentes também durante o período de férias e recessos escolares.

08.01.03. Possuir sistema de cadastro das turmas, das atividades e dos atendidos no projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

08.01.04. Realizar acompanhamento junto aos assistidos e/ou às famílias envolvidas.

09. DAS AÇÕES PROPOSTAS

09.01. As ações planejadas deverão ser coerentes com os objetivos e metas do projeto e deverão compreender, no mínimo, os seguintes pontos:

09.01.01. Oferta de atividades contemplando os eixos já informados nesse edital e no Termo de Referência.

09.01.02. Oferta de atividades que promovam a inclusão das crianças e adolescentes nas áreas descritas nos eixos.

09.01.03. Oferta de atividades que ofereçam as condições mínimas dos eixos.

09.01.04. Oferta de transporte para eventos externos aos locais dos projetos, quando houver;

09.01.05. Oferta de materiais de escritório, pedagógico, esportivos, recreativos e culturais para as atividades desenvolvidas.

10. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

10.01. O prazo para avaliação técnica pela comissão de seleção será definido na sessão de abertura de envelopes de acordo com a quantidade de projetos recebidos, conforme quadro abaixo:

Quantidade de Propostas	Prazo (dias úteis*)	Prorrogável
1-3	10	Igual Período
4-6	15	Igual Período
7-9	20	Igual Período
>10	25	Igual Período

*Considerados dias de efetivo expediente da SMEIJ

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.01. A Comissão de Seleção será responsável pela análise e classificação final das propostas apresentadas e habilitadas. A habilitação das propostas será realizada levando-se em conta o seguinte critério:

Critério referente à Proposta	Situação	
	Classificada	Desclassificada
1 Atende a todos os requisitos presentes no item 3. II do Termo de Referência?	Sim	Não

11.02. Após análise das propostas, a Comissão de Seleção procederá com a atribuição de pontuação dos projetos habilitados, levando-se em conta os critérios referentes às OSCs proponentes e aos Planos de Trabalho, conforme as seguintes tabelas:

Critérios referentes à OSC	Pontuação		
	4	2	0
1 Atua ou possui experiência na execução de serviços para infância e adolescência?	Sim	Já atuou nos últimos 3 anos (inativo)	Não atua/sem experiência

Critérios referentes ao Plano de Trabalho	Pontuação		
	4	2	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

1	O Projeto atende às ações propostas do Eixo escolhido?	Sim	Parcialmente	Não
2	A descrição dos objetivos, metas, indicadores e meios de verificação estão claros e coerentes?	Sim	Parcialmente	Não
3	Há coerência e clareza na proposta de resultados esperados?	Sim	Parcialmente	Não

4	Há coerência e clareza nas atividades propostas?	Sim	Parcialmente	Não
5	Há coerência e clareza na metodologia proposta?	Sim	Parcialmente	Não
6	O Plano de Aplicação apresentado é coerente com o Plano de Trabalho?	Sim	Parcialmente	Não
7	O Plano de Aplicação possui clareza e coerência na distribuição dos recursos?	Sim	Parcialmente	Não

Total máximo de pontos: 32

11.03. Serão contempladas as 10 ou mais propostas com melhor pontuação de acordo com o valor máximo definido neste edital no item **2.02.01**. Caso ocorra empate na pontuação, os critérios de desempate serão de acordo com a tabela abaixo:

Ordem	Crítérios de Desempate
1	Maior pontuação em relação a clareza e coerência na distribuição dos recursos
2	Maior pontuação em relação a coerência e clareza na proposta de resultados esperados
3	Tempo de existência da OSC desde a fundação
4	SORTEIO

11.04. Ao final, a Comissão de Seleção expedirá uma lista classificatória das propostas seguindo a ordem da maior para a menor pontuação, considerando os critérios de desempate quando houver necessidade.

11.05. CRONOGRAMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Ação	Prazo	Responsável
Revisão e aprimoramento do Termo de Referência em conjunto com o CMDCA	25 dias corridos após aprovação da PGM/LICITAÇÃO para execução da proposta elaborada pelo CMDCA	Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e CMDCA
Elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público	25 dias corridos após a finalização do termo de Referência	Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude
Apresentação das propostas	A partir da publicação do Edital, durante 20 dias corridos	Secretaria Municipal de Fazenda

Análise e classificação das propostas que serão apoiadas	A depender da quantidade de Propostas: 1 a 3 propostas – 10 dias* 4 a 6 propostas – 15 dias* 7 a 9 propostas – 20 dias* > 10 propostas – 30 dias*	Comissão de Seleção paritária entre CMDCA e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude
Publicação da lista classificatória no DO, prazo para interposição e análise de recursos e homologação do resultado final do chamamento público	Até 30 dias corridos	Comissão de Seleção, Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e Secretaria Municipal de Fazenda
Formalização dos Termos de Fomento da(s) OSC(s) selecionada(s) com a Prefeitura	45 dias corridos	Prefeitura Municipal

Municipal		
Início da vigência das parcerias e repasse dos recursos	Imediatamente após a assinatura dos Termos de Fomento	Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

12. HABILITAÇÃO

12.01. Conforme o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 315/2021, os documentos de habilitação deverão ser entregues junto com a proposta na **Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, localizada na Rua 9 de Julho, nº 1.932, Centro, São Carlos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, conforme item 13 deste edital, no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a publicação deste edital.**

12.02. Os documentos de habilitação apresentados pela(s) OSC's selecionadas serão os seguintes:

12.02.01. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e das eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

12.02.02. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil - https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp, que comprove mínimo de 01 (um) ano de cadastro ativo;

12.02.03. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>;

12.02.04. Certidão negativa quanto à dívida ativa do município;

12.02.05. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS - <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

12.02.06. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT - <https://cndtcertidao.tst.jus.br/gerarCertidao.faces>;

12.02.07. Cópia de ata de eleição do quadro dirigente atual ou documento equivalente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

- 12.02.08.** Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- 12.02.09.** Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço declarado;
- 12.02.10.** Documentos que comprovem experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceira ou de natureza semelhante;
- 12.02.11.** Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 12.02.12.** Declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 12.02.13.** Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- 12.02.14.** Cadastro prévio no conselho municipal da sua área de atuação;
- 12.03.** Esta Administração não se responsabiliza pela atualização dos endereços eletrônicos dos sítios mencionados neste edital.
- 12.04.** Serão consultados os seguintes cadastros:
- 12.04.01.** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Relação de Apenados
- 12.04.01.01.** Relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que sofreram penas em procedimentos licitatórios ou contratações de que participaram, nos órgãos indicados, nos termos das instruções vigentes;
- 12.04.01.02.** Relação das pessoas físicas ou jurídicas que estão impedidas de contratar com a administração pública e/ou de receber benefícios ou incentivos fiscais, por determinação judicial. <https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento>
- 12.04.02.** Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo – Sanções Administrativas: Impõem a pessoas físicas e jurídicas a proibição de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública do Estado de São Paulo. <http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>
- 12.04.03.** Controladoria Geral da União do Governo Federal Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas – CEIS Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- 12.04.04.** Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:12943541728647::NO:3,4,6::>
- 12.04.05.** Conselho Nacional de Justiça http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- 12.05.** Constatada a ausência de condições de participação, a Comissão de Seleção considerará a entidade impedida de participar do certame.

13. DOS ENVELOPES

13.01. Os envelopes contendo a documentação exigida neste edital deverão ser apresentados da seguinte forma, estando fechados de modo inviolável, referindo-se:

**NOME, CNPJ E ENDEREÇO DA OSC
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
COMISSÃO DE SELEÇÃO
RUA 9 DE JULHO, 1.932, CENTRO, SÃO CARLOS
PROCESSO Nº 27501/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 15/2026**

14. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

14.01. Os recursos financeiros serão atendidos por verbas constantes do orçamento de 2024 codificados sob nº:

Ficha: 341 - Dotação: 09.02.08.243.2054.2.067.3.3.50.39.03.1000001

Órgão: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - SMEIJ

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUMCAD

Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 2054 - Fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ação: 2067 - Fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Natureza: 335039 - OUTROS

SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 3 - RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA – VINCULADOS

Aplicação: 1000001-FUMCAD

Sub-Elemento: 1 - TERMO DE COLABORAÇÃO

15. DO VALOR DA PARCERIA

15.01. O valor total de repasse será de **R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)**, sendo o máximo no valor R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por proposta apresentada neste edital.

16. DOS RESULTADOS E RECURSOS:

16.01. Na hipótese de a organização selecionada ser desclassificada ou inabilitada, será convocada a próxima proponente, segundo a ordem decrescente de classificação.

16.02. Os resultados provisório e definitivo das etapas de seleção serão divulgados no sítio eletrônico oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

16.03. As organizações da sociedade civil desclassificadas ou inabilitadas poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação do resultado provisório através do e-mail: infancia_juventude@saocarlos.sp.gov.br, ou protocolar junto a Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, localizada na Rua 9 de julho, 1.932, Centro, São Carlos.

16.03.01. O recurso deverá ser dirigido ao colegiado que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade competente para decisão final.

16.03.02. No caso de seleção realizada por conselho financiado com recursos específicos, o procedimento recursal deverá observar regulamento próprio do conselho.

17. DA HOMOLOGAÇÃO

17.01. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a administração pública municipal homologará o resultado, em definitivo, no sítio eletrônico oficial.

17.02. A homologação do resultado da seleção não gera direito à celebração da parceria, mas obriga a administração a respeitar o resultado definitivo, caso venha a ser celebrada parceria.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.01. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail: infancia_juventude@saocarlos.sp.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, localizada na Rua 9 de julho, 1.932, Centro, São Carlos.

18.02. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: infancia_juventude@saocarlos.sp.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

18.02.01. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e serão disponibilizados no sítio eletrônico desta administração, ficando disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.02.02. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

18.03. A Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, com o aporte da Procuradoria Geral do Município, se necessário, resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

18.04. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.05. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público.

18.05.01. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

18.05.02. Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

18.06. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

18.07. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

18.08. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da COMARCA DE SÃO CARLOS/SP.

18.09. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Anexo IV – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo V – Declaração de Não Ocorrência de Impedimentos

Anexo VI – Declaração de Contrapartida

Anexo VII – Minuta do Instrumento de Parceria.

Anexo VIII – Termo de Ciência e de Notificação

Anexo IX – Plano de Trabalho

São Carlos, 01 de junho de 2026

EMERSON LEANDRO DE MORAIS

Secretário Municipal Especial de Infância e Juventude



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO: Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente deliberar sobre a utilização dos recursos destinados ao FUMCAD/SC, enquanto que a Secretaria Especial da Infância e Juventude - SMEIJ possui a função de articulação das políticas públicas relacionadas à infância e adolescência. Com a publicação recente do Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude do Município, há clareza sobre quais são as principais necessidades do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e também uma urgência na procura por parcerias para implementar projetos que atendam essas necessidades. Assim sendo, propõe a execução de um chamamento público para seleção de projetos que serão financiados com os recursos direcionados ao FUMCAD. Os projetos selecionados serão executados pelas Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação com o Município, através do instrumento jurídico “Termo de Fomento” seguindo as normas estabelecidas pela Lei Federal 13.019/14, a Lei Federal nº. 8.069/90, a Lei Municipal nº 13.839/06 e a Resolução 137/10 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

OBJETIVO: Selecionar projetos direcionados ao atendimento e/ou promoção dos direitos de adolescentes residentes no município.

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

1.1. Diretamente

Crianças e Adolescentes.

1.2. Indiretos

Familiares e/ou responsáveis que convivam com as crianças e adolescentes;

Organizações da Sociedade Civil.

Sociedade do município de São Carlos

2. DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Entende-se por projeto, o conjunto de ações inovadoras e/ou complementares às políticas públicas de promoção, proteção e de defesa de direitos desenvolvidas na Cidade de São Carlos, formulados com tempo determinado neste termo, tendo como beneficiários crianças e adolescentes e suas famílias, bem como todo o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes na cidade de São Carlos, podendo os projetos, ao final de sua execução, serem incorporados às políticas públicas municipais mediante comprovação de regularidade de prestação de contas e com avaliação e indicação do CMDCA/SC para a análise preliminar da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude responsável pela avaliação da viabilidade do projeto e programação orçamentária, visando sua implementação.

As propostas devem ser norteadas pelos eixos temáticos do Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude de São Carlos, com direcionamento específico para crianças e adolescentes, devendo a entidade indicar ao menos um eixo por proposta.

Eixo 1 - DIREITO À VIDA E SAÚDE

Ações que visem o atendimento, diagnóstico e tratamento de crianças e adolescentes deficientes e com questões de desenvolvimento e/ou comportamental;

Ações de promoção da segurança alimentar;

Ações de combate à drogadição;

Ações que visem o atendimento psicológico para crianças e adolescentes;

Eixo 2 - DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Ações para desenvolvimento de habilidades socioemocionais para crianças e adolescentes;

Ações que visem o desenvolvimento integral da criança e do adolescente;

Ações de promoção e acesso ao esporte, cultura e lazer de crianças e adolescentes;

Ações de fortalecimento e promoção de expressões culturais e/ou comunitárias das crianças e dos adolescentes;

Ações de fortalecimento do brincar como expressão da criança e da adolescente;

Eixo 3 - DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Ações de prevenção a violações de direitos, de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, em situação de evasão escolar, em programas de medidas, e trabalho infantil.

Ações de fortalecimento; desenvolvimento e planejamento juvenil; com envolvimento da população adolescente como protagonista das ações.

Ações de promoção da dignidade e respeito à crianças e adolescentes;

Eixo 4 - DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Ações de fortalecimento dos vínculos comunitários, que gerem impacto social no território com ações concretas e efetivas; Ações de fortalecimento dos vínculos familiares da perspectiva da prevenção e habilidades sociais e parentais,

Ações de combate e prevenção a violência e violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes.

Eixo 5 - DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

Ações de combate a criança e adolescentes explorados pelo tráfico;

Ações de combate à exploração sexual de criança e adolescentes, na perspectiva de educação sexual e cuidado integral de adolescentes.

Ações que combatam o trabalho infantil e análogo a escravidão de criança e adolescentes;

Ações que visem o desenvolvimento profissional de adolescentes com vistas à inserção no mercado de trabalho e/ou planejamento da trajetória de vida;

3. DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

I - Serão contempladas propostas com valor máximo de até R\$140.000,00 cada (total de R\$ 1.400.000,00).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

II - As Organizações da Sociedade Civil poderão propor, no máximo, 02 (dois) projetos para financiamento com recursos específicos ao FUMCAD/SC, observando:

A - As proponentes dos projetos devem estar estabelecidas no município de São Carlos, e não possuir quaisquer impedimentos legais para estabelecer relações de parceria com a Administração Pública;

B - As proponentes devem estar devidamente registradas e com atestado de funcionamento de projeto válido no Conselho Municipal da Criança e Adolescente de São Carlos além de estar regularmente executando suas atividades há pelo menos 1(um) ano.

C - Serão inaptos os projetos apresentados com mesmo objeto, e ou muito similar com financiamento público municipal ou de outra origem pública, evitando-se com isso duplicidade de financiamento público;

D - Os projetos apresentados devem ser inovadores e/ou complementares às políticas públicas existentes na cidade de São Carlos;

E - Os projetos apresentados devem indicar AO MENOS 01 (um) eixo;

F - Os projetos devem ser apresentados de acordo com o plano de trabalho unificado pelo município, conforme anexo.

G - As parcerias celebradas seguirão o regime de monitoramento estabelecido pelo município conforme já ocorre na execução de outros termos.

H - Os proponentes podem apresentar projetos para qualquer território do município, desde que apresente coerência com a finalidade estatutária e objetivos da entidade.

I - O uso dos recursos deverá ter como finalidade atividades desenvolvidas para crianças e adolescentes de acordo com os eixos para uso direto de crianças e adolescentes atendidos pela parceria.

J - Apresentação do projeto deverá cumprir todas as regras e prazos previstos no Edital, sendo certo de que os prazos previstos no Edital poderão sofrer modificações em decorrência de circunstância de caso fortuito ou força maior, ou decorrente de deliberação fundamentada do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que a execução dos projetos deverá ter duração 12 (doze) meses sem interrupção, salvo em circunstância de caso fortuito ou força maior, a contar da data de início de vigência do projeto, definida no instrumento de parceria correspondente.

4. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão de Seleção será responsável pela análise e classificação final das propostas apresentadas e habilitadas. A habilitação das propostas será realizada levando-se em conta o seguinte critério:

Critério referente à Proposta		Situação	
		Classificada	Desclassificada
1	Atende aos requisitos presentes no item 3. II do Termo de Referência?	Sim	Não

Após análise das propostas, a Comissão de Seleção procederá com a atribuição de pontuação dos projetos habilitados, levando-se em conta os critérios referentes às OSCs proponentes e aos Planos de Trabalho, conforme as seguintes tabelas:

Critérios referentes à OSC		Pontuação		
		4	2	0
1	Atua ou possui experiência na execução de serviços para infância e adolescência?	Sim	Já atuou nos últimos 3 anos (inativo)	Não atua/sem experiência

Critérios referentes ao Plano de Trabalho		Pontuação		
		4	2	0
1	O Projeto atende às ações propostas do Eixo escolhido?	Sim	Parcialmente	Não
2	A descrição dos objetivos, metas, indicadores e meios de verificação estão claros e coerentes?	Sim	Parcialmente	Não
3	Há coerência e clareza na proposta de resultados esperados?	Sim	Parcialmente	Não
4	Há coerência e clareza nas atividades propostas?	Sim	Parcialmente	Não
5	Há coerência e clareza na metodologia proposta?	Sim	Parcialmente	Não
6	O Plano de Aplicação apresentado é coerente com o Plano de Trabalho?	Sim	Parcialmente	Não
7	O Plano de Aplicação possui clareza e coerência na distribuição dos recursos?	Sim	Parcialmente	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Total máximo de pontos: 32

Serão contempladas as propostas que obtiverem maior pontuação, cada uma com valor máximo de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). A quantidade de propostas aprovadas será limitada ao valor total disponível de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), respeitando-se o teto individual por proposta. Caso ocorra empate na pontuação, os critérios de desempate serão de acordo com a tabela abaixo:

Ordem	Crítérios de Desempate
1	Maior pontuação em relação a clareza e coerência na distribuição dos recursos
2	Maior pontuação em relação a coerência e clareza na proposta de resultados esperados
3	Tempo de existência da OSC desde a fundação
4	SORTEIO

Ao final, a Comissão de Seleção expedirá uma lista classificatória das propostas seguindo a ordem da maior para a menor pontuação, considerando os critérios de desempate quando houver necessidade.

5. CRONOGRAMA

Ação	Prazo	Responsável
Revisão e aprimoramento do Termo de Referência em conjunto com o CMDCA	30 dias corridos após aprovação do MPT para execução da proposta elaborada pelo CMDCA	Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e CMDCA
Elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público	20 dias corridos após a finalização do Termo de Referência	Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude
Apresentação das propostas	A partir da publicação do Edital, durante 20 dias corridos	Secretaria Municipal de Fazenda
Análise e classificação das propostas que serão apoiadas	A depender da quantidade de Propostas: 1 a 3 propostas – 10 dias* 4 a 6 propostas – 15 dias* 7 a 9 propostas – 20 dias* > 10 propostas – 30 Dias* *dias úteis	Comissão de Seleção paritária entre CMDCA e Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude
Publicação da lista classificatória no DO, prazo para interposição e análise de recursos e homologação do resultado final do chamamento público	Até 30 dias corridos	Comissão de Seleção, Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e Secretaria Municipal de Fazenda
Formalização dos Termos de Fomento da(s) OSC(s) selecionada(s) com a Prefeitura Municipal	45 dias corridos	Prefeitura Municipal
Início da vigência das parcerias e repasse dos recursos	Imediatamente após a assinatura dos Termos de Fomento	Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 15/2026** e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

São Carlos, XX de XXXXXXXX, de 2026
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO III – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

() dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

() pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

() dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

São Carlos, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO IV – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

São Carlos, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2026
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, caput, inciso IX, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- 1) Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- 2) Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- 3) Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- 4) Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- 5) Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- 6) Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e 7) Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

São Carlos, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2026
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº **XX/2026**, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] dispõe de contrapartida, na forma de [bens e/ou serviços] economicamente mensuráveis, no valor total de R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXX), conforme identificados abaixo:

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

São Carlos, XX de XXXXXXXXXXXXXX de 2026
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO VII – MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA.

TERMO DE FOMENTO Nº XX/26

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS E XXXXXXXXXXXX O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – Prefeitura Municipal de São Carlos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Episcopal, nº 1.575, representado neste ato, conforme permissivo dado pelo Decreto Municipal nº 248, de 2 de outubro de 2017, pelo Secretário Municipal de Governo, XXXXXXXXXXXX, brasileiro, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente na Rua Miguel Petroni, casa 70, Loteamento Habitacional São Carlos 1, São Carlos, SP, CEP 13563-470, doravante denominado MUNICÍPIO, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, entidade de fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob nº XX.XXX.XXX/XXX-XX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXX, São Carlos, SP, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representada por seu Presidente, na forma de seu Estatuto, XXXXXXXXXXXX, (qualificar), portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXX, São Carlos, SP, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada Organização da Sociedade Civil - OSC parceira, resolvem celebrar o presente Termo de XXXXXXXXX, que será regido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 315, de 28 de junho de 2021 e alterações posteriores, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas, na forma da permissão concedida pela Lei Municipal nº XXXX, de XX de XXXXX de xxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Termo de Fomento o repasse financeiro do MUNICÍPIO à OSC, para desenvolvimento do projeto “XXXXXXXXXXXXXXXX”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ANEXO

2. Será parte integrante e indissociável, independentemente de transcrição o Plano de Trabalho aprovado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE

3.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) a título de repasse financeiro, conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado, salvo melhor entendimento do Município para efetuar o repasse, a partir da data de assinatura do presente instrumento.

3.2. As despesas decorrentes do presente ajuste correrão à conta de dotação orçamentária codificada sob o nº:

Ficha: 171 - Dotação: 09.02.08.243.2054.2.067.3.3.50.39.03.1000001

Órgão: 9 - SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - SMEIJ

Unidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUMCAD

Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 2054 - Fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ação: 2067 - Fortalecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Natureza: 335039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 3 - RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA – VINCULADOS

Aplicação: 1000001-FUMCAD

Sub-Elemento: 1 - TERMO DE FOMENTO

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4. O presente Termo de Fomento terá vigência a partir da data de sua assinatura, até doze meses.

4.1. O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado, mediante a formalização de termo aditivo, desde que aprovado novo plano de trabalho adicional;

4.2. O MUNICÍPIO poderá prorrogar de ofício a vigência deste Termo quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

4.3. Este Termo poderá ser prorrogado até o limite previsto na legislação vigente, desde que pactuado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

5. São obrigações da OSC:

5.1. Executar o objeto do presente instrumento com zelo e presteza, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude e pelo Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança e do Adolescente, parte integrante deste Termo de Fomento independentemente de transcrição;

5.2. Promover a execução do objeto do Termo de Fomento na forma e prazo estabelecido;

5.3. Disponibilizar conta corrente específica para movimentação financeira dos recursos provenientes deste instrumento;

5.4. Aplicar o recurso financeiro, inclusive o proveniente da receita obtida das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na consecução do objeto;

5.5. Comprovar o bom e regular emprego do recurso recebido, bem como os resultados alcançados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

- 5.6. Informar o MUNICÍPIO sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do Termo de Fomento, e, conseqüentemente, impliquem na alteração do Plano de Trabalho;
- 5.7. Informar, expressamente, o MUNICÍPIO, sobre quaisquer mudanças nos dispêndios previstos no Plano de Trabalho (Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso), aguardando autorização expressa para efetuar os gastos;
- 5.8. Manter durante a execução deste Termo, a regularidade de todas as certidões previstas;
- 5.9. Oferecer instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade e segurança;
- 5.10. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 5.11. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 5.12. Fornecer ao MUNICÍPIO, no prazo por este estipulado, documentos, dados e informações que lhe forem solicitadas sobre o objeto deste Termo;
- 5.13. Manter recursos humanos, materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente, adequados e compatíveis com o atendimento que se obriga a prestar, com vistas ao alcance do objeto deste Termo;
- 5.14. Garantir o livre acesso dos agentes da administração pública, do tribunal de contas e do gestor, aos processos, aos documentos e as informações relacionadas a este Termo;
- 5.15. Afixar placa, em local visível, informando que a OSC é parceira do MUNICÍPIO;
- 5.16. Proceder à divulgação da presente parceria, junto à comunidade, em todos os eventos promovidos, entrevistas, panfletos e demais meios de divulgação relacionados ao objeto deste Termo de Fomento;
- 5.17. Prestar contas dos recursos recebidos, de conformidade com o disposto na cláusula sétima;
- 5.18. Divulgar na internet, preferencialmente, por meio do site da OSC e, na hipótese de inexistência do sítio eletrônico ou site, em blog, redes sociais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública com as informações: data de assinatura, identificação do instrumento, órgão da administração pública responsável, nome da OSC e CNPJ, descrição do objeto, valor total da parceria e valores liberados, situação da prestação de contas da parceria e valor total da remuneração da equipe de trabalho;
- 5.19. Este Termo poderá ser alterado, bem como seu prazo de vigência prorrogado, por meio de Termo Aditivo e mediante solicitação da OSC, mediante apresentação das respectivas justificativas, a ser apresentada em prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1. São obrigações do MUNICÍPIO:
 - 6.1.1. Repassar os valores expressos na cláusula terceira;
 - 6.1.2. Orientar, supervisionar, acompanhar e avaliar os serviços prestados pela OSC, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
 - 6.1.3. Manifestar-se sobre solicitação da OSC, objetivando alteração no Plano de Trabalho;
 - 6.1.4. Manifestar-se sobre a prestação de contas apresentada pela OSC.
- 6.2. Manter em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos Planos de Trabalho com as seguintes informações: data de assinatura, identificação do instrumento, órgão da administração pública responsável, nome da OSC e CNPJ, descrição do objeto, valor total da parceria e valores liberados, situação da prestação de contas da parceria e valor total da remuneração da equipe de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7. A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO da seguinte forma:
 - 7.1. Prestação de contas parcial:
 - 7.1.1. Para fins de prestação de contas parcial poderá a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - Departamento de Convênios, conforme entendimento de oportunidade e conveniência, solicitar da OSC a apresentação dos seguintes documentos:
 - 7.1.1.1. Relatório financeiro demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - 7.1.1.2. Cópias das notas e dos comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da OSC, o número do instrumento da parceria e órgão concessor (TERMO DE FOMENTO Nº XX/25 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS);
 - 7.1.1.3. Extrato e conciliação bancária referente ao período.
 - 7.2. Para os ajustes selecionados pelo TCE/SP, prestação de contas quadrimestral a ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, contendo:
 - I- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:
 - a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
 - b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
 - c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.
 - II- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Paulo. E deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, da conciliação bancária e, quando houver previsão no Plano de Trabalho de contratação de pessoal e de pagamento de encargos, os comprovantes de recolhimento dos tributos oriundos da relação trabalhista, acompanhados da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, referentes ao período de que trata a prestação de contas.

7.3. Prestação de contas anual deverá ser apresentada até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada.

7.3.1 A prestação de contas anual será composta pelos seguintes documentos:

7.3.1.1. Relatório anual de execução do objeto, contendo as informações consolidadas dos relatórios anuais e/ou trimestrais;

7.3.1.2. Relatório anual de execução financeira, contendo as informações consolidadas dos relatórios anuais e/ou trimestrais;

7.3.1.3. Cópias das notas e dos comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da OSC e número do instrumento da parceria;

7.3.1.4. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;

7.3.1.5. Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados, ou comprovação de que será utilizado no próximo exercício, desde que a parceria permaneça vigente;

7.3.1.6. A publicação do Balanço Patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;

7.3.1.7. Demais demonstrações contábeis e financeiras, e respectivas notas explicativas, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

7.3.1.8. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

7.3.1.9. Na hipótese de aquisição de bens com recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

7.3.1.10. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;

7.3.1.11 Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, de que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da OSC, o tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão da Administração Pública Municipal a que se referem;

7.3.1.12. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

7.3.1.13. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da OSC, ou do órgão equivalente, acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

7.3.1.14. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união;

7.3.1.15. Certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço – CRF/FGTS;

7.3.1.16. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas - CNDT;

7.3.1.17. Certidão de débitos tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;

7.3.1.18. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos de tributos municipais;

7.3.1.19. Demais documentos exigidos nas instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os quais serão informados à OSC, por meio de atos normativos da administração Pública Municipal.

7.4.A OSC deverá apresentar prestação de contas final para fins de monitoramento das metas e dos resultados previstos no Plano de Trabalho.

7.4.1. A OSC deverá apresentar os seguintes documentos:

I – O Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC;

II- O Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC;

7.5. Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao presente instrumento, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, depois de contabilizados, devem ficar arquivados na sede da OSC, à disposição do MUNICÍPIO e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelo período de 10 (dez) anos.

7.6. Os documentos comprobatórios de despesas deverão ter data posterior ao recebimento dos recursos.

7.7. As prestações de contas financeiras devem ser protocoladas na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

7.8. As prestações de contas físicas devem ser protocoladas na Secretaria Gestora da Parceria.

7.9. Para fins de Prestação de Contas Quadrimestral serão exigidos os seguintes relatórios a serem apresentados por parte da Administração Pública Municipal:

I – Relatório de Visita Técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II– Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação, homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

7.10. No tocante à Prestação de Contas Anual serão de responsabilidade da Administração Pública os documentos descritos abaixo:

I – Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação, elaborados pelo gestor da parceria e homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

II– Parecer Técnico de análise da Prestação de Contas Anual elaborado pelo gestor da parceria; III– Parecer Conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.11. Quanto à Prestação de Contas Final a análise será regida pelo disposto no artigo 65 e seguintes do Decreto Municipal nº 315/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O controle e a fiscalização da execução do presente Termo ficarão sob responsabilidade da Comissão de Monitoramento e Avaliação nomeada através de portaria.

8.2. A gestão deste Termo de Fomento ficará sob responsabilidade do servidor público municipal nomeado através de portaria.

8.3. Fica assegurado o livre acesso dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e, dos órgãos das Entidades Públicas repassadoras dos recursos correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

9.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC Parceira, a PREFEITURA poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas;

9.2. Retomar os bens públicos em poder da OSC parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

9.3. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC parceira até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

9.4. No caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar a OSC parceira participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior;

9.5. Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a cláusula 9.4 ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a Prefeitura assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS EVENTUALMENTE ADQUIRIDOS

10.1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

10.2. Os bens serão revertidos ao município ao final do presente Termo, podendo ser cedidos ou doados à OSC, observada a legislação pertinente, quando, após a consecução do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade da política pública correspondente.

10.3. Constatando-se o mau uso ou desvio de finalidade na utilização dos bens definidos nesta cláusula a qualquer tempo, estes serão revertidos ao patrimônio do município, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da OSC e seus administradores.

10.4. Caso a Organização da Sociedade Civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11. Este Termo de Fomento poderá ser rescindido por qualquer das partes, devendo a rescisão ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Fomento. E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Carlos, XX de XXXX de 2026

Secretário Municipal de Governo
MUNICÍPIO

NOME DO PRESIDENTE:

Testemunhas:

RG:

Nome da OSC:

OSC Parceira:

RG:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO VIII – ANEXOS DO TCE (EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO Nº 01/2020)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1.Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2.Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 15/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ N°:

CONTRATADA:

CNPJ N°:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

ANEXO IX - PLANO DE TRABALHO

Orientações gerais para criação de um NOVO plano de trabalho:

- Baixar este arquivo para alterá-lo (arquivo > baixar > word);
- Manter a formatação original deste arquivo;
- Numerar as páginas;
- Preencher de forma completa todos os campos;
- Se a parceria ainda não tiver uma conta bancária, insira "a definir" no campo destinado à conta. É necessário utilizar uma conta única e exclusiva para cada parceria.
- Plano de aplicação:
 - Atenção à Classificação das Despesas! Use a Tabela de Classificação de Despesas para categorizar corretamente os gastos. A classificação incorreta pode resultar em glosa (rejeição de despesas);
 - Os serviços, como por exemplo os de um psicólogo, fisioterapeuta, monitor, devem ter a carga horária especificada (ex.: "Psicólogo 20h/semanais");
 - Descrição das despesas no plano pode ser de forma abrangente, genérica. Entretanto, a Nota Fiscal deve constar detalhamento pormenorizado daquilo que foi feito ou adquirido
 - Se houver gasto com combustível, inclua a placa do veículo no item e envie o documento do carro em nome da entidade separadamente;
 - Após a compra de itens classificados como "Material de Consumo" (com exceção de gás e combustível), fotografe-os para incluir na prestação de contas. Para mais detalhes, consulte o documento "Regras para Emissão de Nota Fiscal";
 - Use a categoria de quantidade "diversos" para itens que não podem ser quantificados;
 - O valor total de cada linha deve ser calculado como: Quantidade x Valor Unitário x Nº de Parcelas.
 - Preço de Mercado: É fundamental respeitar o Princípio da Economicidade, garantindo que os bens e serviços sejam adquiridos por preços de mercado. Isso assegura o uso eficiente dos recursos públicos, conforme o Art. 38 do Decreto 315/2021.
- Pessoal e encargos:
 - Inclua todos os funcionários em apenas um único item.
 - O valor "Total bruto mensal" é o que será usado no cronograma de desembolso.
 - A provisão para rescisão pode ser paga integralmente ou parcelada.
 - Os salários devem ser compatíveis com o mercado e não podem exceder o teto do Poder Executivo municipal para a mesma função (Decreto nº 315/2021, Art. 38, II);
 - O pagamento das verbas rescisórias com recursos da parceria devem ser proporcionais ao período de atuação do profissional na parceria/objeto (Decreto nº 315/2021, Art. 38, § 4º);
- Cronograma de Desembolso:
 - Detalha as despesas que serão realizadas a partir da vigência da parceria.
 - É crucial seguir as despesas planejadas. Qualquer alteração deve ser formalizada através de uma "Alteração de Plano de Trabalho" e aprovada pela Procuradoria Jurídica do Município.
 - Termos assinados após o dia 15 podem ter a primeira parcela considerada a partir do mês seguinte à assinatura.
- Faça os cálculos em uma planilha (Excel) para evitar erros.
- Por fim, a soma total do Plano de Aplicação deve ser igual à soma total do Cronograma de Desembolso

Links importantes:

- Lei 13.019 de 31 de julho de 2024: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

- Decreto 315 de 28 de junho de 2021: <https://servico.saocarlos.sp.gov.br/consultaleis/index.php>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Instrução nº 01/2024 TCE-SP:

https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/Instru%C3%A7%C3%B5es%20n%C2%BA%2001-2024_com_indice.pdf

- Manual da Lei 13.019/2024: https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/MANUALMROSCDoPlanejamentoPrestaoeContasreduzido130_82025.pdf

- Manual de Boas Práticas (MROSC):
<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/osc/normativos/E16A12> SGPR Produto final
[Tipologias e boas práticas MROSC.pdf](#)

1 - DADOS CADASTRAIS

1.1 - Organização da Sociedade Civil

Nome			
Endereço			
Cidade	UF	CEP	/TELEFONE
Conta Corrente	Banco	cia	
E-mail			

1.2 - Representante Legal

Nome			
CPF	RG		
Endereço			
Cidade	UF	CEP	DDD/TELEFONE
E-mail			

1.3 - Responsável Técnico pelo projeto

Nome			
CPF	RG		
Endereço			
Cidade	UF	CEP	DDD/TELEFONE
E-mail			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Formação profissional	Função na OSC
-----------------------	---------------

2 - APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

Breve resumo de sua área de atuação, contendo, dentre outros:

- O ano da fundação;
- Experiência e
- Foco de atuação

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução
Colocar o nome do projeto, deixando claro do que se trata a proposta; deve ser curto, objetivo e simples. Exs.: 1. Jovens e crianças aprendizes do Futuro 2. Idosos, viver sem violência é possível 3. Educação profissional com cidadania	Em quanto tempo aproximadamente será realizado o projeto ou as atividades. XX meses
Secretaria Gestora do Projeto: Secretaria Municipal de Educação	
Identificação do Objeto É a descrição <u>sucinta</u> do que se pretende fazer. Deixar claro qual(ais) o(s) propósito(s) das ações que serão desenvolvidas. Ex.: Formalização de parceria com a finalidade de executar por 04 meses ações voltadas à qualificação profissional de 120 adolescentes entre 15 e 17 anos, em condições socioeconômicas desfavoráveis, na área de Logística e de Artes Gráficas.	

PÚBLICO ALVO e FAIXA ETÁRIA:

Quantificar o público envolvido e a faixa etária.

Número de atendidos

Quantificar as pessoas atendidas.

Capacidade de atendimento

Número que o espaço físico comporta.

Justificativa contendo a descrição da realidade que será objeto da parceria

É o porquê do projeto. Deve-se descrever a realidade que será objeto da parceria e o nexo entre essa realidade e as metas a serem atingidas.

Citar o(s) motivo(s) que levou a propor o projeto, ressaltando a importância do mesmo, contextualizando os problemas a que se propõe resolver e/ou minimizar, caracterizando os beneficiários, se possível mensurar dados reais que justifique, como por exemplo: índice de violência, desemprego, crianças e jovens ocioso, etc.

Consiste, nesse sentido, em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização do projeto/ atividade. Defende-se a importância do projeto/ atividade para solucionar o(s) problema(s) delimitados, para o grupo ou população afetada.

Deve responder a perguntas como:

- Com que questão o projeto/ atividade pretende trabalhar?
- Como esta questão se apresenta na área geografia específica do projeto/ atividade?
- Quais as características socioeconômicas e culturais dessa área?
- Que problemas e oportunidades são considerados prioritários?
- Com que problemas o projeto/ atividade pretende lidar?
- Quais as possíveis causas desses problemas?

4 – Objetivos

4.1 - Objetivo geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

O que se quer alcançar com o projeto.

Traduz a intenção do projeto. Deve estar diretamente relacionado à linha de atuação e demonstrar o resultado que se pretende alcançar com sua realização. Deve contribuir para mudança da realidade descrita no contexto (descrição da realidade).

O objetivo deve ser claro e exequível. Objetivos inexecutáveis, ainda que possam equivaler a uma situação ideal, não serão alcançados e irão gerar o desapontamento dos que seriam beneficiados pela ação e descrédito do projeto/ atividade.

O objetivo geral deve responder as perguntas tais como:

- Qual a finalidade da Atividade/Projeto?
- Para quê?
- Que mudanças se quer alcançar?
- O que se pretende resolver ou qual problema em especial se quer solucionar?

Os objetivos devem ser expressos com verbos de ação na sua formulação. Usa-se verbos tais como: melhorar, aumentar, demonstrar, incorporar, promover, dotar, incrementar, assegurar, contribuir, reduzir, diminuir, propiciar, desenvolver, fomentar, aumentar, produzir.

Ex. Promover a qualificação profissional de 120 jovens da comunidade de Tio Negro, com idade entre 16 e 24 anos, na perspectiva de incluí-los no mercado de trabalho.

4.2. Objetivos Específicos

Objetivos específicos	Resultado esperado	Metas	Indicadores	Meios de verificação
1 - Os objetivos específicos estão relacionados ao objetivo geral do projeto, são as etapas fundamentais para se alcançá-lo. Devem ser capazes de demonstrar as estratégias que serão utilizadas pelo projeto/ atividade. Cada objetivo específico deve apontar com lucidez "o que", "quando" e "quanto" se pretende atingir para esclarecer a(s) problemática(s) levantada (as). Não devem ser confundidos com ações.	Resultado esperado é a projeção qualitativa da contribuição do projeto para a realidade que se pretende modificar. É a repercussão do projeto para o público a que se destina, mantendo coerência com os objetivos e a justificativa. É como o projeto impactará esta realidade	Os objetivos específicos são apenas desejos até o momento em que se começa a atuar sobre eles e propõe-se a transformá-los em METAS. As metas são os resultados parciais a serem atingidos e neste caso devem ser bastante concretos, expressando quantidades e qualidades dos objetivos, ou seja, quanto será feito. Cada atividade ou ação definida para atingir os objetivos específicos corresponde uma meta, que é expressa em quantidade, preferencialmente	Os indicadores medem as metas. Definição: uma unidade que permite medir o alcance de um objetivo ou meta. Expressa unidade de medida (número absoluto, percentual), ou por uma relação que traduz o resultado programado ou realizado de uma meta.	Documentos que vão registrar e comprovar os indicadores. Documentos que vão registrar e comprovar os indicadores. Documentos que vão registrar e comprovar os indicadores
2 -		

5. Atividades Propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

OBJETIVO ESPECÍFICO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1												
	2												
	3												
2	1												
	2												
	3												

6 - Metodologia

Como fazer o projeto, como será implementado, como serão desenvolvidas as atividades. Explicar passo a passo o conjunto de procedimentos e as técnicas a serem utilizadas, que articulados numa sequência lógica, possam permitir atingir os objetivos do projeto.

É maneira, o jeito, a forma de executar as ações para se atingir determinados resultados.

Ex.:

As atividades serão desenvolvidas em 06 turmas de 20 alunos diariamente por 04 horas. As atividades ocorrerão em oficinas/laboratórios. Serão utilizadas estratégias dinâmicas e inovadoras, sendo priorizada discussão em grupos, haverá aulas passeios, seminários, apresentação de painéis, participação em palestras, debates, produções de texto, oficinas interativas, exposição de filmes, visitas às empresas e órgãos. Tendo também atividades culturais, esportivas e avaliação mensal.

7 - PLANO DE APLICAÇÃO (Previsão das despesas a serem realizadas na execução das atividades)

Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica (refere-se à contratação de uma empresa - pessoa jurídica - para realizar serviços. Colocar carga horária da prestação do serviço).

Item	Descrição do Item	Quant	Valor Unitário Mensal	Nº de Parcelas	Valor Total
1	Serviço de manutenção predial	1	3.000,00	1	3.000,00
			3.500,00	2	7.000,00
2	Ótologo (10h/semanais)	1	1.000,00	3	3.000,00
TOTAL					13.000,00

Serviço de Terceiro – Pessoa Física (refere-se à contratação de serviços prestados por profissionais autônomos - pessoas físicas – e são pagos diretamente ao prestador)

Item	Descrição do Item	Quant	Valor Unitário Mensal	Nº de Parcelas	Valor Total
3	Monitores* de informática 20h/mês	2	600,00	12	14.400,00
TOTAL					14.400,00

* Para fins de remuneração, o pagamento mensal aos monitores será equivalente a 50% da remuneração de um profissional efetivo que exerça a mesma carga horária.

Utilidade Pública (Concessionária) (refere-se a atividades ou serviços que são considerados essenciais, como fornecimento de água e energia, telecomunicações, etc. Para a descrição desses serviços, siga exatamente o que consta nas contas (de internet, telefone, etc.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Item	Descrição do Item	Quant	Valor Mensal	Nº de Parcelas	Valor Total
4	CPFL	1	500,00	12	6.000,00
5	SAAE	1	500,00	12	6.000,00
6	Internet	1	500,00	12	6.000,00
7	COMBO (TV – Telefone – Internet)	1	500,00	12	6.000,00
TOTAL					24.000,00

Material de Consumo (materiais que perdem sua identidade, são facilmente danificados ou tem uma durabilidade máxima de até dois anos. Esses itens são essenciais para as atividades diárias de uma empresa, mas não são considerados parte do seu patrimônio de longo prazo).

Item	Descrição do Item	Quant	Valor Unitário/ Mensal	Nº de Parcelas	Valor Total
8	Materiais de Limpeza	diversos	500,00	12	6.000,00
9	Materiais de Escritório	diversos	500,00	12	6.000,00
10	Gêneros Alimentícios	diversos	500,00	12	6.000,00
11	Uniformes	50	100,00	1	5.000,00
TOTAL					23.000,00

Podem ser solicitados orçamentos pelo Departamento de Convênios, para comprovar o preço de mercado.

Equipamento e Material Permanente (é aquele que, devido ao uso contínuo, não perde sua identidade física ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Esses materiais são considerados bens duráveis e podem ser tombados ou inventariados como patrimônio. Exemplos incluem móveis, equipamentos eletrônicos, máquinas e veículos.)

Item	Descrição do Item	Quant	Valor Unitário	Nº de Parcelas	Valor Total
12	Mesas	20	150,00	1	3.000,00
13	Cadeiras	20	135,00	1	2.700,00
14	Celulares	5	1.000,00	1	5.000,00
TOTAL					10.700,00

Observação: anexar 03 (três) orçamentos para cada item, para comprovação do valor de mercado.

Pessoal e encargos

Item	Funcionário	Cargo /função	Qde	Jornada de trabalho	Salário Base	INSS	IRRF	Salário líquido	INSS Patronal	VT	FGTS	PIS	Total mensal	13º salário (parcela mensal)	1/3 férias (parcela mensal)	Total bruto mensal	Total geral (12 meses do termo)
15	João da Silva	Pedagogo	1	40h/sem.	2.850,00	200,00	150,00	2.500,00	0,00	0,00	120,00	60,00	3.030,00	252,50	85,00	3.367,50	40.410,00
	Ana Souza	Assistente Administrativo	1	44h/sem.	2.700,00	250,00	100,00	2.350,00	0,00	100,00	100,00	50,00	2.950,00	237,50	80,00	3.267,50	39.210,00
	Caroline Pereira	Professor	1	20h/sem	1.350,00	50,00	0,00	1.300,00	0,00	0,00	70,00	20,00	1.440,00	120,00	40,00	1.600,00	19.200,00
	TOTAIS						500,00	250,00	6.150,00	0,00	100,00	290,00	130,00	7.420,00	610,00	205,00	8.335,00
16	Provisão de Rescisão				Multa FGTS		Aviso prévio		Outros encargos rescisórios (discriminar)				Total				
					8.000,00		2.000,00		2.000,00				12.000,00				

Obs.:

1. Apenas um item para todos os funcionários;
2. O valor "Total bruto mensal" é o que constará no cronograma de desembolso;
3. O INSS Patronal é uma contribuição obrigatória para as empresas. No entanto, as OSCs que possuem o Certificado de Entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Beneficente de Assistência Social (CEBAS) estão isentas dessa obrigação. Para todas as outras OSCs que não têm este certificado, o recolhimento do INSS Patronal é exigido. No caso de possuir o CEBAS a OSC deve deixar a coluna em branco e anexar o certificado nas documentações solicitadas pelo Dep. de Convênios.

4. O valor da provisão de rescisão poderá ser pago integralmente ou dividido nas parcelas;

5. O pagamento das verbas rescisórias com recursos da parceria deve ser proporcional ao período de atuação do profissional na parceria/objeto (Decreto nº 315/2021, Art. 38, § 4º);

6. Os salários devem ser compatíveis com o valor de mercado e não podem ultrapassar o teto da remuneração do Poder Executivo municipal (considerando o mesmo emprego) – Decreto nº 315/2021, seu Art. 38, II;

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/EXECUÇÃO DA PARCERIA

Despesas que a entidade realizará a partir da vigência. Atentar-se ao fiel cumprimento das despesas planejadas. Qualquer alteração deve ser formalizada através de uma mudança do plano (Alteração de Plano de Trabalho), que passara por aprovação da Procuradoria Jurídica do Município.

Obs.: Termos assinados após o dia 15 possivelmente terão a parcela 1 contata a partir do mês seguinte ao da assinatura.

Item	Parcela 1	Parcela 2	Parcela 3	Parcela 4	Parcela 5	Parcela 6	Total
1	3.000,00	-	-	3.500,00	-	-	6.500,00
2	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	-	3.000,00
3	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	7.200,00
4	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
5	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
6	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
7	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
8	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
9	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
10	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
11	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00
12	3.000,00						3.000,00
13	2.700,00						2.700,00
14	5.000,00						5.000,00
15	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	50.010,00
16	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
Total	33.735,00	15.035,00	15.035,00	17.535,00	14.035,00	14.035,00	109.410,00

Item	Parcela 7	Parcela 8	Parcela 9	Parcela 10	Parcela 11	Parcela 12	Total
1	3.500,00	-	-	-	-	-	3.500,00
2	-	-	-	-	-	-	-
3	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	7.200,00
4	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
5	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
6	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
7	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
8	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
9	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
10	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
11	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-
15	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	8.335,00	50.010,00
16	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
Total	17.535,00	14.035,00	14.935,00	14.035,00	14.035,00	14.035,00	87.710,00

As somas dos valores do plano de aplicação e do cronograma de desembolso devem ser iguais.

TOTAL GERAL: R\$ 197.120,00 (valor total dos recursos que serão gastos com as despesas da proposta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

FONTE DE RECURSO	
Recurso Municipal	VALOR
(x) Emenda	R\$ 197.120,00
() Tesouro	R\$
() FUMCAD	R\$
Recurso Estadual	R\$
Recurso Federal	R\$

*No caso de mais de uma fonte de recurso, deve-se preencher os valores separadamente no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

9 - INSTALAÇÕES DA OSC e recursos humanos (capacidade instalada)

Listar quantitativamente os recursos humanos/profissionais envolvidos, instalações físicas, os equipamentos e mobiliários já existentes:

9.1 – Recursos Humanos Ex.: 01 coordenador 01 psicóloga 02 assistentes sociais 03 pedagogos 01 auxiliar de serviços gerais 01 porteiro
9.2 – Instalações Físicas Ex.: 03 salas 01 cozinha 02 banheiros 01 dispensa
9.3 – Equipamentos Ex.: 01 computador 01 impressora 02 ares-condicionados 03 ventiladores 01 fogão
9.4 – Mobiliários Ex.: 03 armários 04 mesas 50 cadeiras 01 sofá 01 arquivo
9.5 – Local de realização do projeto Endereço completo do(s) local(is) em que o projeto é realizado.

10 – DECLARAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude

Na qualidade de representante legal da OSC proponente, **declaro**, sob as penas da lei, que a entidade apresentou as prestações de contas de valores repassados em exercícios anteriores pela Administração pública municipal direta e indireta, que foram devidamente aprovadas, não havendo nada a regularizar ou valor a ressarcir.

Local e Data (caso de assinatura física)

Proponente
(Representante legal da OSC Proponente)

11 – APROVAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL

Aprovado

Local e Data (caso de assinatura física)

Secretário ou responsável

12 - APROVAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

****DEIXAR ESTE CAMPO SOMENTE NO CASO DE APROVAÇÃO PELO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE.**

Aprovado

Local e Data (caso de assinatura física)

Representante do Conselho

ATENÇÃO: As orientações gerais no início do documento e as notas explicativas em vermelho, apresentadas ao longo do modelo, traduzem-se em orientações e devem ser excluídas após as adaptações realizadas, incluindo estas.